

ACTA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

8^a

Aos treze dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Primeiro Secretário e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e seis elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Carlos Manuel Vinhais Conde, Manuel Alfredo Preto, Alfredo Augusto Ferreira, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Américo Luis Amador, Ilídio Simões Martins, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Osvaldo Augusto Morais Urze, Jaime dos Santos Gaspar, Luis Maria Mouro, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, Ester de Fátima Parra Martins, Vitor Manuel Purrulo Madaleno, António Luis Bernardo Martins, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, Luis Filipe Silva Parreira em substituição de José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, António Joaquim Valença, Luis António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Martinho do Nascimento Major, José Joaquim Moura, Luis Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luis, Belarmino Silvestre Pinto, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Manuel Maria Sousa, Daniel Joaquim Paulo e Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais José Maria Preto, Maria Zita Rodrigues França Costa, Maria José Fernandes Tuna Polónio, Maria Helena Pires Mendo, Manuel Luis Tibério, Ilídio Miguel Martins

Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Madre. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.* -----

-----1.2 *Assuntos de interesse relevante para o Município.* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “Suspensão Parcial do PDM de Mogadouro – Reformulação da Proposta. Informação da Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e Urbanismo”.* -----

-----2.3 *Análise e Deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2011”.* -----

-----2.4 *Análise e Deliberação sobre “Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2010”.* -----

-----2.5 *Análise e deliberação sobre “Alteração dos Estatutos da Resíduos do Nordeste E.I.M - Proposta do Senhor Presidente”.* -----

-----2.6 *Análise e deliberação sobre “Regulamento Hortofrutícola. Informação da Unidade Orgânica de Contratualização e Património”.* --

-----2.7 *Análise e deliberação sobre “Atribuição da Chave de Ouro do Município – Proposta do Senhor Presidente da Câmara”.* -----

-----2.8 *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (bem como do seu substituto) em Representação de Todas as Juntas de Freguesia do Concelho para Participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses”.* -----

-----2.9 *Outros Assuntos.* -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “queria, pedir à Senhora Deputada Sandra Mesquita para nos vir ajudar hoje, porque a Senhora Primeira Secretária não pode estar presente. -----

-----Queria informar a Assembleia que não foi possível até ao momento completar todo o trabalho da acta pelo que houve neste mês, e no final do mês transacto muitas actividades na casa da cultura, e a funcionária que está adstrita à Assembleia Municipal, está a trabalhar também em assuntos relativos, ou relacionados com a casa da cultura, daí não haver o tempo suficiente para concluir a acta, portanto só na próxima reunião é que a traremos aqui para aprovação. -----

-----Também dizer-vos que esta sessão sofreu alguma antecipação relativamente àquilo que é habitual, que vamos sempre praticamente para o final de cada mês, mas a premência da deliberação de alguns assuntos da Câmara Municipal obrigaram-nos a sofrer esta pequena alteração, daí que ela será feita hoje. -----

-----Antes de entrar propriamente na ordem do dia queria colocar à consideração desta Assembleia, ressaltando obviamente o teor do artigo dezanove do Código do Procedimento Administrativo que para tal exige dos membros presentes desta Assembleia uma maioria qualificada de dois terços reconhecerem a urgência da inclusão dos assuntos propostos pela Câmara Municipal para a sessão de hoje, que passo a discriminar, quando entraram nos vossos lugares está aí um conjunto de documentação que foi entregue hoje, como não consta da ordem de trabalhos que vos foi entregue, porque ainda teve que ser aprovada na Câmara Municipal, nós só a podemos incluir na nossa ordem de trabalhos de hoje desde que a Assembleia por maioria qualificada assim o determine. Os assuntos são esses que têm aí em cima das mesas, que são: alteração dos estatutos do nordeste; eleição de um representante, mais um suplente dos Senhores Presidentes de Junta para o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios, chegou só ontem; atribuição da chave de ouro do Município, proposta pelo Senhor Presidente da Câmara e um pequeno regulamento da feira hortofrutícola, que também é apresentado pela Câmara Municipal. São esses documentos que estão aí em cima da mesa que não constando na ordem de trabalhos, para poderem constar terão que ter a aprovação de pelo menos dois terços dos membros presentes. Assim sendo e antes de continuarmos, acho que pedia à Assembleia..., se alguém quiser fazer alguma intervenção sobre este assunto, eu vou permitir, assim uma coisa muito rápida, depois colocarei à consideração da Assembleia a introdução destes assuntos”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente começava primeiro pela não disponibilização da acta aos membros desta Assembleia por falta de tempo e principalmente por não estar a funcionária em exclusividade como até agora vinha estando e a acontecer isto provavelmente nas próximas reuniões vamos ter esse mesmo problema, vamos estar sempre dependentes da pouca, ou muita actividade da casa da cultura e da solicitação que a funcionária pode vir a ter, seria importante que o Senhor Presidente solicitasse à Câmara Municipal que disponibilizasse um funcionário em exclusividade para a Assembleia Municipal conforme estava a ser nestes tempos para trás, de modo a que a Assembleia não fique privada de um documento tão importante como são as actas da Assembleia. -----

-----Sobre o assunto da integração destes diversos pontos na ordem de trabalhos em cima da hora, Senhor Presidente da parte da nossa bancada

não concordamos que sejam introduzidos os pontos referentes aos regulamentos porque os regulamentos têm que ser lidos, têm que ser apreciados e não é aqui em cima da hora, em cima do joelho que nós podemos analisar esses regulamentos, enquanto que a eleição de um Presidente da Junta, esse não cria dificuldade nenhuma, portanto não nos opomos a que esse seja integrado na ordem de trabalhos e possa ser aprovado nesta Assembleia, assim como o voto de louvor, pode ser discutido nesta Assembleia porque não cria grandes problemas de análise, enquanto que os regulamentos, em nosso entender, não há qualquer viabilidade de os poder analisar nesta Assembleia porque não os podemos ler, não os podemos discutir, propúnhamos que ficassem para uma próxima Assembleia para serem analisados, se há urgência neles a Câmara Municipal que proponha uma Assembleia extraordinária, que nós cá estaremos para discutir e aprovar esses novos regulamentos”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “só complementar..., sem lhe pedir licença, mas penso que ele ma dará, complementar a intervenção do meu camarada Moreno (*ouviram-se vozes*) não sou do partido, mas não renego muitos dos ideias, penso que ainda não é proibido, já tentou ser nesta Assembleia mas.... Sobre o fornecimento atempado das actas, só queria, contrariando um bocado o que disse o Senhor Deputado Moreno, dizer que o Senhor Presidente da Mesa não tem que pedir à Câmara nenhum funcionário, o Senhor Presidente da Mesa tem que cumprir o que diz o artigo 56 do regimento que é o seguinte: a Assembleia Municipal dispõe, sob a orientação do respectivo Presidente de um núcleo de apoio próprio composto por funcionários do Município, nos termos definidos por a Mesa a afectar pelo Senhor Presidente da Câmara, portanto Senhor Presidente a Mesa é que decide, e o Senhor Presidente depois é que afecta, são questões diferentes, não é a Câmara que decide isso, e se entendeu em sessões anteriores que por uma questão de eficiência e poupança também, quer de trabalho, quer do papel as actas fossem reduzidas, agora que não sejam reduzidas a zero, que sejam reduzidas e que venham a tempo, porque por vezes as nossas sessões são de dois em dois, três em três meses, por vezes as coisas podem passar um bocado, quer de oportunidade, quer até varrerem-se da memória de muitos dos interessados nos assuntos intervindos nestas sessões. -----

-----Sobre o regulamento que me foi fornecido agora, para a feira de produtos hortofrutícolas, já tinha feito aqui uns apontamentos breves que de facto acho que além de ter designações toponímicas erradas, o regulamento, também tem falha nalguns pontos que eu gostava de ver claros, portanto, por mim não me oponho, acho até muito bem que seja feita esta feira, o que não entendo é que possa ser aprovado nos termos em que aqui está o regulamento que é proposto”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente também queria

colmatar a mesma ideia que talvez não haja tempo suficiente para interpretar a leitura do regulamento da feira dos produtos, como tal achava que se devia retirar esta proposta para outra reunião”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “naturalmente que esta questão não é assim tão óbvia quanto pareça, todavia há uma Lei que a define, ou seja a Assembleia tem que se pronunciar, pronunciando-se, reconheço as vossa interposição relativamente a esta questão, mas também temos que dar corpo à expressão, embora silenciosa dos outros membros que aqui estão para se poderem pronunciar, de maneira que nos termos da Lei, eu vou ter que por à consideração da Assembleia por votação, se entenderem que deve ser integrado na ordem de trabalhos, muito bem, se entenderem que não remetemos a questão para a Câmara e depois a Câmara decidirá, agora uma coisa é certa se a Câmara nos pede, porque isto também não é normal, penso que é a primeira vez que isto acontece em toda esta legislatura e na anterior. Assim como a acta, relativamente à acta penso que esta ou a do 25 de Abril quando se fazia, que não foi entregue para análise e deliberação desta Assembleia Municipal, quando questionei a funcionária sobre o porquê da não conclusão da acta em devido tempo, ela como desempenha outras tarefas na casa da cultura, não teve tempo, e eu tenho que respeitar porque precisamente ela não é nenhuma máquina, não é nenhum motor e a seu tempo penso que será feita, portanto penso que é a primeira vez que isto acontece. *(António Martins interrompeu e disse: devíamos ouvir a opinião da Câmara, se é urgente, ou não é, ou se pode esperar o regulamento das feiras, com base nisso também poderemos tomar uma decisão mais acertada. Se o Senhor Presidente da Assembleia permitir que se ouça a Câmara em relação a isso)* isto é competência da Assembleia, a Câmara já manifestou a sua vontade colocando aqui a questão hoje. Isto também por aquilo que vi são duas folhas, duas folhas e meia porque vem aí acompanhadas de... ”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “em relação ao ponto que parece estar aqui a emperrar os trabalhos, a aprovação, ou não, do regulamento das feiras, se a Câmara o traz em cima da hora é porque obviamente pretende que seja aprovado, ao não estarmos a aprová-lo, penso eu que estaremos a atrasar em dois ou três meses o início da realização das feiras, fica ao critério de quem votar, eu acho que da parte da nossa bancada devemos aprovar o regulamento, até porque o argumento de que falta tempo não se põe, porque já foi aqui dito por um Deputado da bancada do PS que já tirou as suas notas, portanto se ele as tirou os outros também as podem tirar e nem é assim um regulamento tão extenso, são duas páginas praticamente, com certeza que em cinco minutos se faz uma análise do regulamento e não é com certeza isso, o que está aqui em causa, é uma vez mais criar as pedras na engrenagem para parar os trabalhos. Da

parte da nossa bancada acho que devemos aprovar o regulamento”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não é aprovar o regulamento, é incluir estes pontos na ordem de trabalhos, são coisas à parte, o regulamento será aprovado ou não aprovado. A única coisa que vou pôr à consideração da Assembleia, é se devemos, ou não incluir estes pontos que a Câmara nos pede, temos que cumprir a Lei, e eu então, vou pô-la em prática. Quem concorda? O primeiro é: Alteração dos Estatutos do Nordeste, têm aí a certidão. -----

-----Este ponto é admitido na ordem de trabalhos com trinta e quatro (34) votos a favor, zero (0) abstenções e treze (13) votos contra (da bancada do PS e CDS). -----

----- Outro ponto é: Atribuição da Chave de Ouro do Município, proposta do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----Temos zero (0) votos contra, abstenções sete (7), (da bancada do PS e CDS), e votos a favor quarenta (40). -----

-----Outro ponto é: Eleição de um Representante dos Senhores Presidentes de Junta para o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios que irá decorrer em Julho, em Coimbra. -----

-----O resultado da votação neste ponto são trinta e sete (37) votos a favor, zero (0) abstenções e dez (10) votos contra (da bancada do PS e CDS) -

-----Temos ainda o regulamento da Feira Hortofrutícola, informação da Unidade Orgânica da Contratualização e Património. -----

-----O resultado da votação neste ponto são trinta e sete (37) votos a favor e dez (10) votos contra (da bancada do PS e CDS), e zero (0) abstenções. ----

-----Por decisão da Assembleia Municipal, vamos contemplar estes pontos na ordem de trabalhos. *(O Senhor Aníbal Moreno interrompeu e disse que era um ponto de ordem à Mesa, que queria os resultados da votação da inclusão, ou não do regulamento e dos Estatutos do Nordeste.) (O Senhor Abel Barranco informou o resultado da votação.) (O Senhor Aníbal Moreno disse: Senhor Presidente lamento, mas tenho que discordar de si, da interpretação que fez, que os pontos foram admitidos, neste caso, quer um, quer outro foram rejeitados porque não atingem os dois terços dos membros da Assembleia, não são dos presentes, a Lei o que diz é que são dos membros da Assembleia, não são dos presentes, artigo 83, objecto das deliberações, só podem ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião ou sessão, salvo se, tratando-se de reunião ou sessão ordinária, pelo menos dois terços do número legal dos seus membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos. O número legal dos seus membros é cinquenta e sete). ----*

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “muito obrigado pela sua observação. Eu pedia à Câmara, em principio a deliberação que está tomada vai de encontro à expressão manifestada pelos Senhores Deputados relativamente a esta questão, como temos aí uma

Jurista, e vamos andando com os nossos trabalhos, eu pedia à Câmara que me fizesse a interpretação correcta deste ponto e que me desse esta informação, se tivermos que retirar, retiramos, se tivermos que contemplar, contemplamos, de acordo com a decisão. (*O Senhor Lima interrompeu e disse: era só para dizer que a última votação que está mal, são quarenta e seis e estão presentes quarenta e sete*) *ouviram-se vozes (Sete? Muito bem, tinha dito seis.)* -----

-----Entretanto vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, antes de vos dar a palavra sobre o período de antes da ordem do dia, a Mesa queria também colocar à consideração dos Senhores Deputados, eu agradecia que houvesse silêncio no decurso dos trabalhos, não há necessidade nenhuma de estarmos a falar uns com os outros quando temos matérias tão importantes para resolver, quem quiser conversar então é melhor sair que eu não me importo, depois volta a entrar, porque caso contrário perturbamos os trabalhos, peço também que tenham um pouco de respeito para com a Mesa que está a conduzir os trabalhos, que às vezes não é fácil.

-----Queria colocar à consideração da Assembleia um Voto de Pesar à família enlutada do Pai do Senhor Presidente da Junta da Castanheira. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Do mesmo modo temos também um Voto de Pesar pelo Pai da funcionária Evangelina, daqui da Câmara Municipal. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----E temos um último pelo recente falecimento do nosso funcionário José Mendes. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Queria também informar a Assembleia que por força da perca de mandato do Senhor Deputado Mário Afonso do CDS, foi o mesmo substituído pela Senhora Ester de Fátima Parra Martins, que está aqui presente, bem vinda e desejo-lhe as maiores felicidades para o exercício do seu novo cargo ”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Ponto **1.1 Informação da Correspondência Recebida e Expedida.** ---

-----Toda a gente teve conhecimento, através da documentação que foi enviada. Alguém tem alguma coisa a dizer sobre isto? Não tendo, vamos passar ao ponto **1.2 Assuntos de interesse relevante para o Município;** ----

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “aproveito para desejar desde já, que o espírito da Páscoa, uma vez que em principio seremos todos católicos, nos invada nesta época da Páscoa e que logo a seguir à Páscoa no dia 25 de Abril, uma vez que este ano fomos privados dessa sessão comemorativa, que também nos invada e nos acompanhe durante todo o ano, que bem vamos precisar. -----

-----Queria começar por pedir mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que vamos estar agora em marés de revisão de regulamentos e de elaboração de regulamentos de feiras, a ver se até à Senhora do Caminho também consegue rever o regulamento da utilização do espaço da feira municipal para que aquela rapaziada de Mogadouro, das festas de Santa Ana não volte a pagar aquilo que não deve pagar. -----

-----Agora, esta intervenção não era para fazer, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas esta forma de perguntar quem é que quer falar e logo a seguir dizer que já não fala, deixe-me lembrar uma vez uma votação que eu vi em Espanha para eleger o Director do Parque, era por eleição e a delegada perguntou, temos aqui uma proposta da Dona Ana não sei quantos, alguém tem algo a dizer, então passamos ao ponto a seguir, ninguém falou, não deu qualquer hipótese, estava completamente eleita, é melhor dar um espaço para a gente pensar”. -----

-----Trazia agora aqui um assunto, quem consultar a página da Assembleia Municipal e vir a mensagem do Senhor Presidente da Assembleia Municipal confirma se calhar o que vimos hoje aqui, a contagem não é o seu forte, eu posso não saber ler nem escrever, mas posso-lhe dizer que sei contar, onde está a falar dos membros da Assembleia diz: *assim é constituída por vinte e nove (29) eleitos pelo colégio eleitoral do Município de Mogadouro, sendo dezasseis (16) do PSD, oito (8) do PS, cinco (5) do CDS e vinte e oito (28) Presidentes de Junta, dos quais vinte e cinco (25) são do PSD e três (3) do PS.* Senhor Presidente acho que deve rever isto, uma coisa é vontade de uma pessoa que desconhece os valores da lealdade, outra coisa é a vontade expressa nas urnas pela população de Vilarinho dos Galegos, e por muito que lhe custe a freguesia de Vilarinho do Galegos é do PS, como disse a vontade de uma pessoa não se sobrepõe à vontade de uma população, acho que deve corrigir isto com um pedido de desculpas, quer ao PS, à Comissão Política do PS, quer também à população de Vilarinho. -----

-----Queria seguidamente apresentar aqui também um Voto de Pesar, se me é permitido, esse voto de Pesar vou lê-lo porque gostaria que depois ficasse escrito. -----

-----Depois de 36 anos de vida democrática, nunca imaginei que me fosse possível assistir aqui, na Casa da Democracia do Município de Mogadouro, a um episódio tão carregado de bajulação e caciquismo (no verdadeiro conceito do termo), como aquele a que assistimos na última sessão ordinária desta Assembleia Municipal. O que se passou em nada fica a dever às representações do culto da personalidade nos regimes mais totalitários que aconteceram ao longo da história universal onde se pratica o tráfico de influências políticas, a corrupção e a fraude eleitorais, o favor, a cunha, o compadrio, a ameaça, o medo, etc. -----

-----Por outro lado, entristeceu-me verificar que, quando em democracia

se procura valorizar e reconhecer o trabalho de equipa, há alguns que apenas atribuem todo o trabalho de uma autarquia a um só elemento, passando um atestado de menoridade quer ao Presidente, quer ao Vice-presidente, quer à outra Vereadora. Isto é muito mais do que um atestado de menoridade, é uma tentativa de golpe de estado! -----

-----Senhor Presidente da Câmara faz-me lembrar ..., o Senhor Presidente neste momento está naquela situação daquele General que teve uma estrondosa vitória, numa batalha de uma guerra e depois lhe perguntaram: Senhor General a que é que se deve esta vitória desta batalha? E ele disse: isso eu não sei, mas vão aparecer com certeza pessoas a dizer que foram eles, agora se eu tivesse tido uma derrota a culpa era exclusivamente minha, está nessa situação. -----

-----Fiquei também preocupado pelo facto de, após 36 anos de participação activa em órgãos autárquicos, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, não tivesse tido o discernimento de filtrar aquilo que primeiro foi um requerimento, depois uma proposta, depois ninguém sabia o que era e, finalmente, depois se transformou em Voto de Louvor. Afinal não era mais do que uma luta intra-partidária, trazida para apreciação deste Órgão Municipal. Mas, já que não houve o bom senso de não aceitar este documento, preocupou-me ainda mais que o Regimento da Assembleia não tivesse sido cumprido, dado estar em causa o nome de uma pessoa, a votação teria que ter sido feita por voto secreto, o que não aconteceu. E se o Regimento tivesse sido respeitado, seguramente que o resultado da votação não teria sido o mesmo. -----

-----Assim, pela agressão que foi feita aos ideais democráticos e pela situação deprimente por que esta representação fez passar a nossa Assembleia Municipal, apresento este meu voto de Pesar, que gostaria que fosse votado. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “no momento da votação eu votei contra mas não disse porquê, mas agora vou dizer aqui porquê, eu já três ou quatro meses que li na comunicação social que esta feira estava a ser organizada, portanto não foi falta de tempo, ou a vaidade de alguns em dar entrevistas para a comunicação social, ou a falta de vontade depois de querer fazer o trabalho político levou-nos a uma situação de impasse, porque quem lê há três ou quatro meses esta feira, há três ou quatro meses que estava criada, basta consultar a comunicação social; outra questão é esta, eu não sou nada contra a feira, atenção, já que o Senhor Presidente chamou a Jurista à Mesa agradecia que lhe colocasse também o ponto dos critérios de apreciação avaliação, que também emita opinião sobre o ponto 8.1 (*ouvirem-se vozes*)”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “queria colocar quatro ou cinco questões à Câmara Municipal que eu considero que são de interesse para o Município, li na acta número cinco da Câmara Municipal de um de

Março em que nessa reunião o Executivo foi questionado pelos Vereadores do PS sobre os custos que estão a ser incorridos no aeródromo, mais concretamente com os pagamentos ao Senhor Osório e ao Senhor Camilo e que ascenderam durante o ano de 2010 até ao mês de Setembro, segundo consta na acta esses custos com estes dois Senhores, que segundo creio serão da escola, que ascenderam a quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e um mil euros, gostava que a Câmara informasse esta Assembleia de quais os benefícios em relação a estes custos que são suportados, porque de facto verba desta dimensão terá que ter algum benefício que aproveite aos Municípios deste Concelho, e quando sabemos que as transferências para as Juntas de Freguesia praticamente quase não existem e neste caso fazem-se estes pagamentos de quarenta e sete mil, não sei se agora até ao fim do ano este valor foi ultrapassado, por isso queria que da parte da Câmara Municipal esclarecesse esta Assembleia sobre os benefícios que são apostados para o Concelho com estes custos. -----

-----Também queria saber, porque tenho vindo a ser interpelado por alguns Municípios sobre a questão do wireless que a Câmara instalou em diversos pontos com certeza da sede do Concelho, queria saber quais são os custos que a Câmara está a suportar com essa instalação, e também do desagrado que alguns Municípios têm manifestado que na maior parte dos locais o Wireless não funciona, queria saber também quais os custos que estão a ser suportados e se não passará mais de um slogan a dizer que instalaram mas que parece que o benefício para o Concelho não estará a ser praticamente nenhum, mas com certeza que a Câmara terá alguma resposta a dar sobre isso. -----

-----Terceira questão, foi na Assembleia de Junho de 2010, praticamente há um ano que a Câmara foi questionada pelo Senhor Presidente da Junta de Bruçó se a Câmara iria fazer algum estudo sobre os custos que estão a ser suportados com os seguros da autarquia, a resposta que a Câmara deu nessa Assembleia, dizia que a Associação de Municípios do Douro Superior estava a fazer um estudo sobre essa questão e que oportunamente iriam dar uma resposta sobre os seguros, se iam ser postos a concurso, se não. Queria saber da parte da Câmara qual é a situação sobre os seguros que a Câmara está a suportar e se já chegaram a alguma conclusão sobre o concurso, ou não, dos seguros que a autarquia tem quem pagar todos os anos. -----

-----Também queria outra informação, também porque alguns Municípios nos questionaram, qual é o ponto da situação do loteamento do salgueiral, mais conhecido concretamente pelo loteamento Aquiles Caveiro. Queria saber se a situação está completamente regularizada, ou não, no fundo saber o ponto da situação desse loteamento. -----

-----Quinta e última questão, já por diversas vezes levantei esta questão, penso que já foi há mais de um ano que eu falei nesse assunto, quis dar

também algum tempo para as coisas se desenrolarem, e isto tem a ver com o concurso de distribuição de gás, aproveitando as infra-estruturas que já estão instaladas nalguns loteamentos, ou nalguns bairros, como é o caso do Bairro São Sebastião, no das Sortes, no do Canto, e não sei se nalgum mais. Tendo sido feito um concurso em tempos, depois parece que a quem foi adjudicado desistiu; na altura o Senhor Vereador Pimentel disse que estavam a fazer um novo estudo, a modificar o regulamento desse concurso. Queria saber se isso já teve andamento, porque a não dar andamento a esta situação estamos a privar os Municípios que poderiam ter um gás mais barato do que aquele que estão a pagar através das garrafas; no fundo queria que informasse esta Assembleia qual é o ponto da situação sobre o concurso de gás nos loteamentos em que é possível disponibilizá-lo aos seus habitantes”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não há mais inscrições. Dado que foi aqui apresentado um Voto de Pesar a Mesa têm que o colocar de imediato à votação, penso que vai ser necessário lê-lo outra vez porque entretanto entrou alguém de novo na Assembleia que não tem conhecimento do voto de Pesar, eu vou lê-lo novamente e depois se alguém quiser fazer alguma intervenção sobre este assunto antes de o pôr à votação irei permitir. -----

----- «Depois de 36 anos de vida democrática, nunca imaginei que me fosse possível assistir aqui, na Casa da Democracia do Município de Mogadouro, a um episódio tão carregado de bajulação e caciquismo (no verdadeiro conceito do termo), como aquele a que assistimos na última sessão ordinária desta Assembleia Municipal. O que se passou em nada fica a dever às representações do culto da personalidade nos regimes mais totalitários que aconteceram ao longo da história universal onde se pratica o tráfico de influências políticas, a corrupção e a fraude eleitorais, o favor, a cunha, o compadrio, a ameaça, o medo, etc. -----

-----Por outro lado, entristeceu-me verificar que, quando em democracia se procura valorizar e reconhecer o trabalho de equipa, há alguns que apenas atribuem todo o trabalho de uma autarquia a um só elemento, passando um atestado de menoridade quer ao Presidente, quer ao Vice-presidente, quer à outra Vereadora. Isto é muito mais do que um atestado de menoridade, é uma tentativa de golpe de estado! -----

-----Fiquei também preocupado pelo facto de, após 36 anos de participação activa em órgãos autárquicos, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, não tivesse tido o discernimento de filtrar quilo que primeiro foi um requerimento, depois uma proposta, depois ninguém sabia o que era e, finalmente, depois se transformou em Voto de Louvor. Afinal não era mais do que uma luta intra-partidária, trazida para apreciação deste Órgão Municipal. Mas, já que não houve o bom senso

de não aceitar este documento, preocupou-me ainda mais que o Regimento da Assembleia não tivesse sido cumprido – dado estar em causa o nome de uma pessoa, a votação teria que ter sido feita por voto secreto, o que não aconteceu. E se o Regimento tivesse sido respeitado, seguramente que o resultado da votação não teria sido o mes-----
-----Assim, pela agressão que foi feita aos ideais democráticos e pela situação deprimente por que esta representação fez passar a nossa Assembleia Municipal, apresento este meu voto de Pesar”.

► **ANTERO NETO** usou da palavra e disse: “eu atribuo este Voto de Pesar ao clima político difícil, só assim o justifico, ao clima difícil de crise profunda, seja a nível económico, seja a nível de valores que actualmente se vivem, porque vir aqui com este Voto de Pesar, essa atitude é um ataque à democracia, porque quem está deste lado fica com a sensação que este palco só serve par dizer mal da Câmara, quando alguém diz bem da Câmara, quando alguém elogia o trabalho, ou a acção da Câmara então está a ceder ao caciquismo, até chama cacique de uma forma errada, porque o cacique é um chefe, o chefe é que controla e aqui não, é ao contrário, pelos vistos o cacique é o controlado, muito bem fiquei esclarecido em relação a essa questão, mas é evidente que estar a sublimar uma pessoa, um individuo de um conjunto, pode não ser uma atitude curial, agora estar a apelida-la, estar a classificá-la, a qualificá-la conforme foi classificada e qualificada neste voto é, esse sim, um verdadeiro ataque à democracia, com aquele documento, concordasse, ou não com ele, nós somos livres de concordar, ou não, com ele, nós somos livres de concordar, ou não, com a acção governativa desta Câmara, deste Executivo, ou dos elementos que integram este Executivo, agora o povo depois fará o seu juízo, como é óbvio, teremos eleições daqui a dois, ou dois anos e meio sensivelmente, o povo depois fará o seu juízo. Estar aqui a tentar trazer ou a atirar para esta atitude o ónus de guerras partidárias, guerras interpartidárias, enfim, é a meu ver perfeitamente desprezível, até porque aqui estão pessoas independentes que sendo eleitas nas listas partidárias não deixam de ser independentes.

-----Só outro pormenor, eu não sei, não tenho aqui o regulamento, e não tenho o regulamento de cor e salteado, mas penso que também há aí um erro nesse voto, porque efectivamente quando há eleições em que está em causa o nome das pessoas aí sim terá que se proceder a uma eleição por voto secreto, quando há eleições, neste caso não havia eleição nenhuma, havia aqui uma proposta, um Voto de Louvor que foi apreciado e devidamente apreciado”.

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “em relação a esse ponto nós estamos à vontade para falar sobre esse assunto, nós lembramos que foi o Senhor Presidente da Câmara que me disse que aqui era ele o responsável por tudo que se passa na Câmara, o que nós achamos muito bem e

importante e daí o nosso sentido de voto, portanto a nossa posição foi esclarecida, o Senhor Presidente da Câmara é o responsável por tudo o que se passa no Município”. -----

-----Em relação ao Senhor Deputado Neto, eu lembro que esta tribuna é para defender os interesses da democracia, o Senhor pode é não concordar, todo o direito do Senhor Deputado anterior é pôr o seu ponto de vista”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente não me dá grande gozo voltar a este tema, mas de facto o que se tem passado sobre este assunto é insólito, começa por ser insólito porque até as classificações das intervenções apresentadas não sei bem onde cabe voto de Pesar, Voto de Protesto, Moção, da parte do Senhor Deputado Amaro, como também não percebi a classificação dada requerimento, petição, quando foi apresentado na sessão anterior o tal documento, e ainda é mais insólito porque quanto eu me aperceba é a primeira vez que acontece numa Assembleia Municipal um documento cuja autoria cabe, pertence, ao grupo parlamentar de um partido, não é frontalmente assumida, isso indica como primeiro subscritor um membro desta Assembleia que ao que eu julgo saber não faz parte, não é o Presidente do Grupo Parlamentar, tudo isso já é estranho e revela uma série de incoerências, eu tive oportunidade de dizer da outra vez para justificar a minha posição, o meu voto, que entendia à semelhança do que o Senhor Presidente da Câmara aqui tem repetido várias vezes que o trabalho do Executivo, é do Executivo e desde que é assumido por votação é um trabalho que pertence..., o mérito, ou o demérito, se o houver, pertencem ambos, cabalmente ao Executivo na sua globalidade, e não a cada um dos seus intervenientes por mais distinto, ou interveniente que seja o pelouro, ou as competências delegadas que cada um assuma nos momentos, aliás voltando ao que disse o Senhor Deputado Neto, crise de valores, é capaz de ser uma palavra forte, mas o que é facto é que o Senhor Deputado Amaro não disse aqui mal da Câmara, disse bem da Câmara, tanto disse bem da Câmara que trouxe para aqui este aspecto já várias vezes repetido, desculpem-me sublinhá-lo, por o Senhor Presidente do Executivo Municipal que o mérito e demérito é global, portanto o que aqui fez o Senhor Deputado Amaro foi exactamente tentar desfocar um mérito individual para se sobrevalorizar o mérito colectivo, o mérito do Executivo, como um todo, não percebo porque é que aqui haja qualquer maleficência sobre a Câmara, pelo contrário há o respeito pelas posições da Câmara como conjunto. É evidente que aquela classificação de caciquismo, eu também não a faria nos termos que o Senhor Engenheiro Amaro a fez, porque de facto cacique é o que manda, é o concede favores, é o que fornece lugares, e não o inverso, o apoiante é o mero peão de Braga em todas estas questões. O cacique é o Senhor que toma as posições, aliás eu até estranhei que o Senhor Vereador Pimentel tivesse permitido, ou melhor, não tivesse tido uma palavra de negação quando alguém se propôs elogiá-lo

naqueles termos, é que permite-me ler aquilo que na reunião de 1 de Fevereiro de 2011 foi dito pelo Senhor Vereador Pimentel na reunião do Executivo, acta nº 3, a folhas 40 sobre um assunto que para aqui não releva, o Senhor Vereador Pimentel referiu: *por último referiu o Senhor Vereador Pimentel que os eleitos quando se candidatam, candidatam-se para trabalhar em prol do Concelho*, muito bem, não posso estar mais de acordo com essa opinião, certamente por isso é que eu entendo que ele deveria ter uma palavra de repúdio pela homenagem que aqui lhe fizeram, devia transferir os méritos de si para todo o Executivo de que é membro efectivo”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “muito rapidamente e independentemente do teor do documento a que se refere o Senhor Deputado Amaro com a intervenção que aqui fez, o que ele quer fazer não é mais do que ridicularizar uma situação com outra situação essa sim absolutamente ridícula, o que está a fazer é uma falta de respeito para com os Votos de Pesar que têm sido aprovados nesta Assembleia, e se não estivéssemos nesta Assembleia eu respondia-lhe de outra forma, assim fico-me por aqui”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo mais intervenções vou colocar então o Voto de Pesar que assim está denominado, apresentado pelo Senhor Deputado Domingos Alfredo Fernandes Amaro. -----

-----Temos a favor deste Voto de Pesar seis (6) votos, oito (8) abstenções e trinta e um (31) votos contra. Este voto de Pesar foi rejeitado por força desta votação. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “antes de mais queria justificar a não presença da Vereadora da Cultura Tereza Sanches que tem a Mãe a ser operada, em segundo lugar quero manifestar a minha disposição para compreender esta agitação que hoje aqui vai, não admira, estamos na primavera e a primavera é um fogo e como fogo que é quando não é controlado ..., isto excede todas as capacidades aqui do nosso Presidente de controlar a situação, mas vamos ver se acalmamos e vamos entrar directamente no assunto. Eu aqui queria fazer uma observação, permitam-me, creio que foi o Deputado Amaro que disse, citou o problema do General, acho que está muito bem essa situação, olhe quando eu ia para a África na qualidade de combatente fomos num navio, aquilo também..., nós íamos insatisfeitos, cabos milicianos, soldados, íamos bebendo também uns copitos por lá, até que um dia alguém se lembrou de começar a cantar ao desafio, não estavam Generais porque não havia, eram Coronéis e daí para baixo, Capitães, etc., Major, e tudo cantou ao desafio menos a alta hierarquia, ora eu que nunca na minha vida cantei, nem ao desafio, nem sem ser ao desafio, fui sempre rejeitado nos coros inclusivamente universitários, meti-me a responder a quem estava a cantar, então quando

ele olhou para mim a cantar mal, não canto ao desafio tão bem como o meu amigo Ilídio, se não era um bom cantador e respondi-lhe e então disse tal, tal, cala-te lá meu grande animal, eu que não tenho assim grande habilidade para a rima também lhe respondi, e acabo por dizer, prefiro ser animal, que chegar a General, fiquei com esse jeito e pronto, e mais nada. -----Sobre estes assuntos entendo que a Câmara é a Câmara e quando eu afirmo que o Presidente da Câmara é o responsável por tudo o que se passa na Câmara quero dizer com isto que assumo a responsabilidade de tudo, pelo menos do que é de mal da Câmara, até também porque se não o assumir fazem-mo assumir, já não é a primeira vez que me cascam com multas por te feito as coisas mal, portanto assumo tudo o que se passa na Câmara, não assumo, mas respeito, tudo o que se passa na Assembleia, isso é da responsabilidade da Assembleia. Agora sobre o resto eu não me queria pronunciar muito porque fica à disposição dos Senhores Deputados fazerem todas as vossas de marches sobre todos estes problemas e pronto limito-me a concordar. -----

-----Se me permitem, aproveito já este bocadinho para dizer que acerca da funcionária em exclusividade na Assembleia Municipal, e depois a Câmara afectar funcionários à Casa da Cultura, digo que desejava fazer isso profundamente, só que estamos até em vias de fechar a Casa da Cultua por falta de Pessoal, porque estamos impedidos de fazer todo e qualquer contrato de admissão de pessoal, sendo uma Câmara que pode fazer porque tem capacidade económica para o fazer, de maneira que vamos ter com certeza que reconsiderar e vamos ter com certeza que nos cingir à prata da casa”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “eu coloquei diversas questões ao Senhor Presidente e não respondeu a nenhuma”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Deputado Amaro estamos em condições de resolver o seu grande problema com a feira dos gorazes. -----

-----Belmiro sobre o problema das feiras, o ponto 8.1, o Vereador Pimentel vai-lhe responder. -----

-----Deputado Moreno, custos do aeródromo Municipal, o Doutor João Henriques é o delegado disso, assim como nos problemas da wireless. -----

-----No problema dos seguros eu posso dizer que não foi a Associação de Municípios do Douro Superior que estava a tratar desse assunto, mas a CIM de Trás-os-Montes, e de facto apareceram lá em diversas reuniões, diversas companhias e agentes de seguros com propostas, uma delas, a última, até era maravilhosa, só que não era coberta pela companhia de seguros, era um intermediário da companhia que exigia que todos os elementos da CIM aceitassem, pelo menos doze deles aceitassem a proposta, só que depois de investigado isso perante a própria CIM chegou-se à conclusão que não havia a garantia, se algum dia houvesse algum problema, não havia a garantia de

pagar, de maneira que vamos ter que nos cingir a um concurso limitado aqui na Câmara, isso passou-se há cerca de 15 dias. -----

-----A situação do bairro do salgueiral, o Doutor João Henriques também vai responder. -----

-----O concurso de distribuição de gás o Senhor Pimentel vai responder ”.

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “para a resposta exclusiva àquilo que aqui foi dito e que o Senhor Presidente mandou responder, pagamentos aos Senhores responsáveis pelo Aeródromo Municipal, o Senhor Adriano Osório e o Senhor Camilo Vasconcelos, não tenho os números aqui, admito que estejam correctos, há que vê-los na contabilidade, não têm problema sobre isso, mas é bom que tenhamos a noção de que estes pagamentos não têm a ver exclusivamente com a escola de voo à vela, têm a ver muitos deles com o estar aberto o Aeródromo Municipal, porque o aeródromo Municipal se não tiver um Director de Aeródromo e se não tiver um Técnico de Controle Aéreo adstritos ao próprio Aeródromo tem que fechar, não pode estar aberto, é uma solução que chegaremos ao ponto, ou teremos que chegar ao ponto todos nós a analisarmos, agora não pode é pensar-se que as duas pessoas estão única e exclusivamente adstritas à escola de voo à vela, prestam serviço na escola de voo à vela, mas são imprescindíveis para que o Aeródromo de Mogadouro tenha licença para esta aberto, se não houver este tipo de pessoas o Aeródromo terá que encerrar as suas portas a todo o tráfego aéreo, esta é um a verdade de la Palisse. -----

-----Wireless, custos do Wireless, oitocentos euros por mês, que é um a linha dedicada que o Wireless em Mogadouro tem para poder funcionar da forma como funciona, neste momento têm em média quarenta utilizadores diferentes diariamente a entrarem várias vezes no sistema, se nós somarmos o número de entradas no sistema são mais de cem em termos diários, mas correspondem a uma média de quarenta utilizadores distintos que estão a entrar diariamente no sistema, é muito, é pouco, são os que são, vamos continuar a melhorar e estamos conscientes que o serviço ainda não está no seu topo, há muito ainda que melhorar na prestação destes serviços, no entanto tudo aquilo que está no exterior e tudo aquilo em que qualquer turista ou alguém que venha de fora com o seu computador portátil, ou com o seu telefone possa em locais públicos aceder à internet do Município, portanto essa parte está coberta, ainda não está totalmente coberto a entrada dentro da residência das pessoas, mas aí vai ter que haver também um esforço por parte de cada um em, ter que colocar uma pequena antena a transmitir o sinal para dentro de sua casa, porque também em muitas das casas o sinal de telemóvel não entra e o sistema funciona muito da mesma forma, portanto é um pequeno investimento que corresponde a menos de um mês da licença, ou daquilo que se paga por utilizador privado para ter internet, essa antena, custará na ordem dos vinte e tal, ou trinta euros, para

que possa transmitir o sinal para dentro da sua casa, vamos evoluindo também nisso, mas os custos são estes que aqui estamos a falar. -----
-----Em relação ao loteamento do salgueiral, o loteamento do salgueiral continua com avanços, com recuos, com incompreensões por parte da CCDR em que a última destas questões tem a ver com o mapa de ruído, e o mapa de ruído foi elaborado por a Associação de Municípios do Douro Superior que à noite, pasme-se, apresenta valores superiores àqueles que a Lei permite que possam existir, porquê? Só por um motivo, pelos cães, começaram a ladrar todos e deu um valor de ruído elevado e a CCDR manda agora ou a fazer outro estudo do mapa de ruído, ou então pior do que isso um estudo para diminuir o ruído da zona, estamos a ultrapassar essa circunstância, fazendo novo mapa de ruído, porque não nos passa pela cabeça que uma terra como Mogadouro tenha um nível de ruído que seja superior àquele que é o de Lei, porque se nós aqui temos um nível superior ao que é de Lei, então que se encerre o país todo, porque isto não se justifica, mas estamos a trabalhar nesse sentido, continuamos a batalhar nisso e queremos que o loteamento do salgueiral dentro de curto prazo esteja o problema resolvido, mas não há que esquecer que entretanto a Lei desde que começou este loteamento do salgueiral mudou uma, ou duas vezes, o que fez com que todo o processo recomeçasse desde o início, nós estamos atentos, é uma preocupação nossa e queremos resolvê-la a curto espaço de tempo”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “vão-me permitir, até porque o meu nome foi falado, apenas tecer dois comentários dizer que o sucesso do Executivo, assim o reconheço, é o sucesso do seu Presidente, e o sucesso dos elementos no seu conjunto naturalmente fazem o sucesso do Executivo. Agora permitam-me só fazer aqui um comentário porque vagamente ouvi, até porque tinha saído o Voto de Pesar, naturalmente ouvi alguns no início para pessoas que faleceram, acho que é no mínimo caricato, e só, isto é possível de suceder de uma pessoa com baixo nível como o reconheço e aqui o reafirmo que é do Engenheiro Amaro, e falar de caciquismo e de outras coisas, eu só vou fazer um comentário e não farei mais nenhum nesta Assembleia sobre isto, dizer que caciquismo, o Senhor Engenheiro Amaro não consegue ultrapassar os traumas, não sei porquê, tem alguns traumas, mas eu tenho que recordar aqui a esta Assembleia que caciquismo, devo reconhecer que ele teve algumas atitudes e que podem ser rotuladas de isso e muito mais. Eu devo dizer que não tive prazer nenhum em ser funcionário do organismo presidido por ele, e não tive prazer nenhum porque efectivamente é um mau chefe, preparem-se, nunca ao longo destes anos o tinha dito, mas foi na vigência (*ouviram-se vozes*) dele que me obrigou a assinar uma declaração em como efectivamente não pedia a transferência para Mogadouro, mas isto fica por aqui. -----
-----Só um comentário em relação aos seguros, dizer que neste momento

está a avançar o concurso público, o Senhor Engenheiro Pinto está a preparar os elementos necessários para avançar com o concurso público para a contratualização dos seguros, como disse o Senhor Presidente a Unibroker fez um estudo onde concluiu que podiam reduzir em 60% desde que as Câmaras Municipais todas assumem-se a contratualização com a Unibroker, que era um intermediário, portanto como isso não aconteceu a Câmara Municipal está a tentar resolver o problema concursando, servindo e aproveitando o trabalho desse estudo, pelo menos o levantamento, para fazer novo concurso público. -----

-----Em relação à distribuição do gás, se bem se recordam e como já aqui foi referido, foi feito um concurso público em que pusemos um preço mínimo de quinhentos mil euros, e isto tinha resultado, inclusivamente abordagens feitas com várias empresas manifestaram à data algum interesse em explorar a rede de Mogadouro, acontece que depois na proposta, a melhor que apresentaram, a Câmara ainda tinha depois que pagar a essa empresa mensalmente uma importância que daria um valor superior àquilo que eles pagavam à Câmara. O que é que estamos a fazer neste momento? O interesse das empresas de gás não é propriamente por distribuir o tipo de gás propano, o objectivo é prepararem-se e ganharem redes para virem no futuro a introduzir o gás natural, nesse sentido estamos a reparar, a reformular o caderno de encargos que serviu de base ao anterior concurso e aproveitar já a nova rede da parte da zona histórica, incluindo já tudo para abrir novo concurso”. -----

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “a intenção do documento que eu apresentei aqui hoje, do voto de pesar, é realmente um voto de pesar (?) tem a ver com a situação que se viveu aqui, que foi uma situação deprimente, para mim, uma situação em que se estava a elogiar uma pessoa em detrimento de toda a equipa. Agora relativamente à questão que pôs aqui o Senhor Vereador Pimentel, felizmente a opinião que os meus superiores..., felizmente o Senhor Vereador Pimentel nunca me avaliou, nem nunca teve competência para me avaliar, posso dizer aqui que é uma situação exactamente contrária, consultem a minha folha de serviço e o meu curriculum e vão ver que não sou tão mau como isso porque não é essa a opinião dos meus chefes, nem dos meus subordinados, nem como dirigente, nem como subordinado, e por isso gostei de saber a sua opinião relativamente à minha pessoa mas não é..., deve ser única, a excepção confirma a regra”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente só uma questão, e das respostas que foram dadas às perguntas que tinha formulado só queria verificar e reflectir sobre a resposta que me foi dada sobre a rede de gás, de facto esta foi a resposta que já foi dada há um ano a esta parte, pelos vistos durante esta ano nada evoluiu, esteve tudo parado até agora, mas já acrescentam, e bem, devem acrescentar, a nova requalificação, neste

momento tenho que exortar o Executivo que de facto não esqueça esta situação porque se temos as infra-estruturas construídas, então que as populações possam tirar proveito delas, é só isso que eu peço ”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente devo confessar que estou triste com o que se está a passar nesta Assembleia, falando para a Assembleia, mas dirigindo-me directamente a si, estou a culpá-lo a si destes incidentes, li e reli por várias vezes a Lei que nos rege, a Lei 5-A e tenho lido várias coisas sobre competências desta Assembleia e não vi em nenhum ponto que se pudesse discutir nesta Assembleia assuntos da vida pessoal, ou profissional passada, ou presente, de cada um dos membros, o que está aqui consignado é que se trate nesta casa de assuntos que digam respeito à vida do Município, e se qualquer membro desta Câmara, ou desta Assembleia tiver, ou tenha mesmo efectivamente actividades noutra qualquer órgão por mais importante que ele seja, não são assuntos que devam ser tratados aqui, cada coisa no seu lugar, por isso foi com tristeza que vi evocar aqui factos da vida profissional passada de um Senhor Vereador e de um membro desta Assembleia, Senhor Presidente peço-lhe que não permita mais esta coisa, está dentro das suas competências fazê-lo, para não ter de dar direitos de resposta, não dê direito de insulto, quando alguém começar a insultar alguém ou a focar aspectos que não têm interesse para esta Assembleia corte-lhe imediatamente a palavra que terá o nosso apoio”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “após termos assistido a estes factos, o Senhor Vereador está a abrir precedentes a falar na vida pessoal nesta Assembleia, é preciso cuidado para filtrar o que o regulamento concede, cuidado com a legitimidade da resposta ”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “entretanto relativamente à questão que na minha perspectiva estava pendente foi feito o pedido aos serviços jurídicos relativamente à questão da inclusão dos pontos na ordem de trabalhos, eu até pedi uma informação por escrito, com a qual eu corroboro, passo a lê-la: «Por solicitação verbal de V. Exa. sobre o assunto em epígrafe, cumpre-nos informar o seguinte: -----

-----De acordo com o artigo 83.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, só podem ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão, salvo se, tratando-se de sessão ordinária, pelo menos dois terços do número legal dos seus membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos. -----

-----Assim sendo, somos de entendimento que, o número legal dos seus membros, para efeitos de reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos não incluídos na ordem do dia, são os membros presentes na sessão e que contribuíram para a formação do quórum. -----

-----É salvo melhor opinião o nosso entendimento sobre a questão

solicitada. -----

-----À consideração superior, -----

-----O Chefe da UOAF -----

-----A Mesa apoiada mais por esta informação vai contemplar os pontos, quem votou contra tem o entendimento de reclamarem pelos meios que tiverem ao seu alcance possíveis e legais, se tiverem provimento então nessa altura depois estaremos cá para resolver o problema. -----

-----Vamos entrar no ponto número 2 -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----**2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.*** -----

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para esclarecer este ponto e disse que estava satisfeito com estes resultados, porque se retirarem o dinheiro que têm nos bancos e pagarem o que devem a fornecedores ainda sobra dinheiro, e ainda têm a receber dos fundos comunitários. Disse que a Câmara tinha boa saúde económica e financeira”.

▶ **ALTINO ALEIXO** disse que estavam todos ali em representação dos Mogadourenses e que queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, porque é a preocupação de alguns Municípes. Disse que queriam saber se os Vereadores são todos a tempo inteiro, ou a tempo parcial, e se são a tempo parcial porquê? E se pretende vir a pôr alguém a tempo parcial? -----

▶ **JOSÉ LIMA** perguntou ao Senhor Vice-presidente o que foi exposto e resolvido na reunião na DREN sobre o regime da fruta escolar em 18 de Março de 2011 no Porto. Perguntou ainda se têm dado cumprimento às medidas de acompanhamento e se a Câmara se candidatou à concessão de ajuda anual. -----

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor Altino Aleixo e disse que havia três Vereadores e mais o Presidente da Câmara no elenco, e que todos estão a tempo completo e que talvez fosse preciso meter outro para tratar dos assuntos da Câmara Municipal correctamente, que iriam estudar isso. Que estão todos os Vereadores a tempo inteiro e que não faz tensão de passar ninguém para tempo parcial. Disse ainda que quanto aos problemas que levantou o Deputado Lima estão todos a ser tratados. -----

▶ **VICE-PRESIDENTE** disse que em relação às questões da fruta escolar como todas as outras que têm a ver com a educação estão na linha da frente. Que na educação aqueles que são os mais desfavorecidos estão na primeira linha de tudo. -----

▶ **JOSÉ LIMA** disse que o Senhor Vice-presidente tem que cabalmente lhe responder, ou então que diga que não cumpriu, que não fez. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos

passar ao ponto 2.2 -----

-----**2.2 Análise e deliberação sobre “Suspensão Parcial do PDM de Mogadouro – Reformulação da Proposta. Informação da Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e Urbanismo”.** -----

▶ **VICE-PRESIDENTE** disse que o que se pretendia era revogar uma deliberação que foi tomada anteriormente e aprovar esta suspensão que é menor do que a que já tinha sido aprovada. -----

▶ **ANÍBAL MORENO** disse que concordava plenamente que se aprovasse a suspensão parcial do PDM, mas que tinha ficado bem ao Senhor Vereador ter pedido desculpa à Assembleia por na última Assembleia ter tentado aprovar esta deliberação sem ainda ter sido aprovada pela Câmara Municipal. -----

▶ **ILÍDIO MARTINS** disse que era para prescindir depois de ouvir o Senhor Deputado Moreno mas que ia dar só uma ligeira achega, que nunca podia ter sido aprovado na última Assembleia porque um documento importante aparece no processo com a data de 15 de Março, que isto prova a falta de respeito do Executivo para com a Assembleia. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto 2.3. -----

-----**2.3 Análise e Deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2011”** -----

▶ **ANTÓNIO PIMENTEL** disse que esta revisão ao orçamento tem exclusivamente a ver com acertos de juros relativos a empréstimos do BEL. --

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ não havendo intervenções vou colocar à votação. -----

-----O ponto foi aprovado com zero (0) votos contra, oito (8) abstenções (da bancada do PS e CDS) e quarenta e um (41) votos a favor. -----

-----Vamos passar ao ponto 2.4. -----

-----**2.4 Análise e Deliberação sobre “Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2010”.** -----

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que achava que este era o momento para apresentação de toda uma gerência da Câmara, e que é também o momento de se sujeitarem a todas as críticas que a oposição irá ter que fazer, mas que também é o momento propício de elogiar aquilo que está bom na gerência da Câmara. -----

-----Passou a ler o relatório de gestão de 2010. -----

▶ **OSVALDO URZE** começou por agradecer a todos por se terem lembrado quando estava doente. -----

-----Disse que no relatório em causa está tudo muito bem explicado, que são documentos inalteráveis, que estão bem executados e como tal os mesmos deviam ser aprovados, mas que todos os anos a oposição crítica que os objectivos não foram alcançados, mas julga que não há Câmara

nenhuma no país onde os objectivos sejam alcançados. Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela boa execução que ano após ano tem sido prática do Executivo, deu também os parabéns aos funcionários municipais.

► **JOSÉ LIMA** disse que até que enfim que iam mexer nas medidas sociais. Disse para apoiarem as famílias carenciadas com os medicamentos, para olhar para os desempregados, para isentar essas pessoas do pagamento de água até x metros cúbicos, para ajudar os jovens que estão fora a estudar, na visita à família aos fins-de-semana, que apoie a terceira idade com a tal carrinha itinerante informativa, para apoiar também os carenciados que precisam fazer obras em casa e não têm dinheiro. Disse que apelava à sensibilidade do Senhor Presidente para apoiar estas pessoas no momento que se está a viver. -----

► **BELMIRO FERREIRA** disse, que com tanto dinheiro que se fala os resultados negativos continuam a subir, que se está a adiar o que se deve fazer, contenção de despesas para haver equilíbrio financeiro entre despesas e proveitos. -----

► **ANÍBAL MORENO** disse, que a execução do Plano Plurianual de Investimentos foi baixa, que foi mais o que ficou por fazer do que aquilo que foi realizado. O Senhor Deputado disse que houve grande inércia no decorrer do ano de 2010, como os documentos de prestação de Contas assim o confirmam. Que os Investimentos em 2010 se ficaram por um terço daquilo que tinham proposto a esta Assembleia, que era caso para dizer que podem ter proa com este feito. Que as transferências para as Freguesias foi metade daquilo que tinha sido aprovado, e o que é mais grave é que três Freguesias nem tiveram direito a constar na lista das transferências feitas, que há desigualdade no tratamento das diversas freguesias, e que isso não prestigia o poder local, que as disparidades criam desconfiança e mau estar nas Juntas de Freguesia. O Senhor Presidente dizia em 2001 que as transferências de capital para as Freguesias seriam muito reforçadas. Mas que devem é ter saudades das transferências que se faziam entre 1994 e 2001, em que todas as Freguesias tinham as transferências de capital segundo os critérios de distribuição do FEF. Disse ainda que os documentos de prestação de contas que enviaram a esta Assembleia não coincidem com os que foram aprovados na Câmara Municipal, e que nesta situação não poderão votar a favor, que no máximo terão abstenção. -----

► **SANDRA MESQUITA** disse, que não discorda, nem concorda plenamente com o Senhor Moreno. Que não é verdade que ficou mais por fazer do que está realizado. Disse ainda que a bancada social-democrata deve votar favoravelmente face à situação financeira exposta, aos trabalhos de execução e à gestão dos recursos disponíveis a esta Câmara porque esta Câmara tem cumprido os objectivos pretendidos e atingido as metas propostas. A Deputada disse ainda ao Senhor Lima em relação aos Jovens, à pobreza e à terceira idade em Mogadouro que já está no terreno uma loja

social que tem vindo a trabalhar nesse ramo e em ajuda das pessoas mais necessitadas. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** disse que como já tinha dito o Senhor Osvaldo, que todos os anos, quer quando é a apresentação e aprovação do Plano, quer quando é a discussão das contas os discursos são praticamente sempre os mesmos. Disse que as contas de 2010 (execução de 2010) assentam essencialmente em quatro pontos, que as contas são o resultado de mais um ano direccionado para o cumprimento das promessas eleitorais, que um aspecto muito importante é a situação financeira da Câmara, reduziu as dívidas de longo prazo, que a maior análise que se pode fazer da execução do Plano tem que ser feita dando uma volta por Mogadouro Vila e Mogadouro Concelho, que é caso para dizer que podem mesmo ter proa. ---

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que o Deputado António lhe disse que podia ter proa, mas que não sabe em que é que há-de ficar porque o Deputado Moreno lhe disse, a Câmara pode ter proa, mas que um se refere a uma boa gerência e o outro se refere a uma má gerência, que o Deputado Osvaldo lhe fala numa boa execução, o Deputado Lima chama à atenção para a sensibilidade, mas que essa sensibilidade já está no programa eleitoral. Disse ao Deputado Belmiro oxalá todas as empresas pudessem dizer no fim que meteram mais funcionários, ou que meteram isto, ou aquilo mas que no fim tiveram tanto lucro, que a Câmara está nessas condições. Disse ainda que o Senhor Deputado Moreno falou de execução, mas que para executar é preciso ter dinheiro, e que execução é pagar, mas é pagar com o dinheiro que têm, que podiam pagar com o dinheiro que o poder central lhes deve, e que aí a execução era muito maior, que se devem queixar ao poder central de que não estão a pagar as suas dívidas atempadamente, mas que o termo execução lhe interessa muito pouco, porque consideram que o estado é uma pessoa de bem e se não paga hoje vai pagar amanhã. Que o conceito da Câmara de execução é realizar obras. O Senhor Presidente disse que preside uma Câmara que é uma óptima Câmara, que podem falar em problemas internos, que às vezes pode haver, mas que tem na Câmara homens que trabalham em todos os pelouros, e que quase todos estão atribuídos porque ele com a idade que tem já é o que menos trabalha, e que reivindica para ele a situação de coordenar e apoiar aqueles que querem trabalhar, e que por isso está cheio de proa. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** disse que as transferências para as Freguesias se baseiam naquilo que foi acordado, dois mil euros para cada localidade e o resto através de protocolos, o Senhor Vereador acha que todos os protocolos que foram apresentados à Câmara para obras específicas foram aprovados. E que as obras têm que ser propostas pelas Juntas de Freguesia, que a culpa não pode ser do Executivo. -----

► **VICE-PRESIDENTE** disse que em relação ao mapa que foi à Câmara e que veio diferente à Assembleia, de que falou o Deputado Aníbal Moreno,

tem a ver com os subsídios para investimento e que eles têm que ser incorporados à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobiliário a que respeitam. -----

► **JOSÉ LIMA** disse que era só para esclarecer a Deputada Sandra que o povo quer pão e auxílio, para não vir com subterfúgios, porque chapéus há muitos, e que roupa não falta, mas que tudo que vem por bem, é bem, mas que já há muito tempo que há organismos que disponibilizam essa função, que o que vem por bem para Mogadouro, é bem-vindo. -----

► **SANDRA MESQUITA** respondeu ao Senhor Lima que não era preciso incomodar-se por tão pouco, porque chegaram à mesma conclusão, tudo que vem por bem para esta vila, é sempre bem-vindo, e que a palavra-chave será solidariedade. Que não critiquem quem trabalha. -----

► **ANÍBAL MORENO** disse que o Senhor Presidente tinha dito que execução é sobre o que se paga, também é, mas não só, porque o Plano de Actividades pode ter uma execução superior àquilo que se pagou, e que vem reflectida sempre no Plano de Actividades, só que no ano de 2010 isso não aconteceu. Que neste caso a execução é no global porque não ficaram dívidas do imobilizado. O senhor Presidente referiu que o aeródromo é muito caro à oposição, mas que ele acha que não é caro à oposição, que é caro ao Município. Quanto à dívida que referi e que o Senhor Vereador veio falar, a contabilidade retirou o mapa da prestação de contas, ou pelo menos não foi enviado. O Senhor Deputado pediu ao Senhor Presidente para consultar os documentos originais para ver se tem as dívidas de curto prazo, ou não. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse ao Deputado Moreno que as explicações que lhe deu sobre execução ia prometer estudar mais um bocado, que ia procurar informar-se com os técnicos do que é na realidade execução. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos proceder à votação do ponto **2.4 *Análise e Deliberação sobre “Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2010”***”. O resultado da votação é, zero (0) votos contra, onze (11) abstenções e trinta e nove (39) votos a favor”. -----

-----Vamos interromper para o almoço, continuamos os trabalhos às 14 horas e 30 minutos”. -----

II PARTE

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e quatro elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio

Mesquita, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Carlos Manuel Vinhais Conde, Manuel Alfredo Preto, Alfredo Augusto Ferreira, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Américo Luis Amador, Ilídio Simões Martins, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Osvaldo Augusto Morais Urze, Jaime dos Santos Gaspar, Luis Maria Mouro, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, Ester de Fátima Parra Martins, Vitor Manuel Purralo Madaleno, António Luis Bernardo Martins, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, Luis Filipe Silva Parreira em substituição de José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, António Joaquim Valença, Luis António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Martinho do Nascimento Major, José Joaquim Moura, Luis Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luis, Belarmino Silvestre Pinto, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Manuel Maria Sousa, Daniel Joaquim Paulo e Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais José Maria Preto, Maria Zita Rodrigues França Costa, Maria José Fernandes Tuna Polónio, Maria Helena Pires Mendo, Manuel Luis Tibério, Ilídio Miguel Martins Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Madre. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos retomar os trabalhos, queria contudo dizer que há-de andar a passar por aí uma petição por causa da isenção do pagamento na A4, neste momento nem sei como é que vai acontecer, todavia quem quiser assina, e quem quiser não assina. Outra questão prende-se com a necessidade dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, se assim o entenderem apresentar a proposta para a eleição do Presidente da Junta por escrito que é para no momento o termos cá. -----

-----Vamos proceder à análise do ponto **2.5 Análise e deliberação sobre “Alteração dos Estatutos da Resíduos do Nordeste E.I.M – Proposta do Senhor Presidente”**-----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse que queria fazer um ponto de ordem à Mesa porque o ponto 2.5 da ordem de trabalhos que foi submetida eram outros assuntos, (*ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu que passou para 2.9*), o Senhor Aníbal Moreno disse que o Grupo Municipal do PS fazia uma declaração de voto, porque não concordavam com a tomada de posição da Mesa em admitir os pontos porque acham que é contrário à Lei porque não reuniu os votos necessários,

acham que seriam 38 votos, porque o artigo 83 fala que podem ser introduzidos desde que reúna dois terços do número legal do órgão. Disse ainda que abandonavam a sala nos pontos que não atingiram os votos necessários para ser introduzidos, que será este ponto e o do regulamento da feira hortofrutícola. -----

▶ **JOSÉ LIMA** disse que abandonavam a sala no ponto do regulamento da feira hortofrutícola. -----

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para explicitar este ponto e disse que esta empresa se formou tendo como sócios as respectivas Associações de Municípios, e que a Associação de Municípios do Douro Superior, à qual pertencem, também entrou como sócia, era a Associação de Municípios que pagava a respectiva quota, a Associação era a sócia e os Municípios tinham que repor o dinheiro, mas alguns associados começaram a não pagar, e que propôs que a Associação de Municípios deixa-se de ser sócia, e que passassem a ser os sócios os respectivos Municípios, com todas as suas obrigações, que assim Mogadouro paga directamente aos Resíduos Sólidos e que está bem, os outros que não pagam estão sujeitos às sanções dos juros, etc. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se alguém queria intervir e de seguida colocou o ponto à votação porque não houve intervenções. ----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida passou ao ponto **2.6 Análise e deliberação sobre “Regulamento Hortofrutícola. Informação da Unidade Orgânica de Contratualização e Património”** -----

▶ **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra para explicitar este ponto e disse que o aparecimento desta iniciativa de levar por diante uma feira dos produtos da terra apareceu porque entenderam que estando alguns sectores da actividade produtiva do Concelho a atravessar um momento de crise seria mais oportuno dar mais uma oportunidade de poderem comercializar aquilo que muitas vezes produzem e não aproveitam. Disse ainda que a exemplo daquilo a que se assiste por essa Europa fora os produtos hortícolas começam a ganhar o seu espaço na vida das vilas e cidades em qualquer parte do mundo. O Senhor Vereador disse que se criou um regulamento que é muito simples. Que deve ser implementada durante o próximo mês de Maio, porque é quando os produtos da horta começam a ficar disponíveis. Disse que o regulamento foi aprovado em reunião de Câmara e posteriormente entrou em discussão pública, que os elementos que abandonaram a sala se tinham alguma sugestão para fazer ao Executivo deviam-na ter feito em sede de audiência prévia. Que foi solicitada a admissão nesta Assembleia porque a próxima só será em Junho. -----

▶ **ANTERO NETO** usou da palavra e disse que esta iniciativa é uma iniciativa fantástica, que é de louvar. É bom para quem produz, e é bom para quem compra. O Senhor Deputado frisou o ponto 10.1 que diz que

devem ser cumpridas todas as normas de segurança e higiene de acordo com a legislação em vigor, e que ele pergunta quais são as condicionantes legais que se podem colocar a quem pretende vender. -----

▶ **ALFREDO PRETO** usou da palavra e disse que o Doutor Antero Neto já falou em parte o que ele queria falar, que em relação ao ponto 10 era intenção dele propor à Câmara um memorando para que as pessoas que se inscrevessem cumprissem aquelas regras. -----

▶ **ANTÓNIO PIMENTEL** disse que isso estava posto de uma maneira genérica, que todos os artigos do regulamento são genéricos, que são das tais coisas que não vale a pena aprofundar muito, que isto se trata de uma venda directa entre Agricultor e Consumidor, que pode efectivamente a AZAE vir dizer se tem higiene, se não tem, mas que quem vai fazer o controlo directo da apresentação dos produtos que lá vão estar postos é o Veterinário Municipal. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida passou ao ponto **2.7 *Análise e deliberação sobre “Atribuição da Chave de Ouro do Município – Proposta do Senhor Presidente da Câmara”***-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia pediu para chamarem os Deputados que tinham abandonado a sala. -----

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para explicitar este ponto e disse que de acordo com o artigo 3.º, 4.º e 5.º do Regulamento de Condecorações Municipais publicado no Diário da República III Série – n.º 212 de 05 de Novembro de 2007 seja atribuída a Chave de Ouro do Município ao Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Duarte Oliveira, pelo contributo desinteressado mas permanente dado às candidaturas que a Câmara Municipal de Mogadouro apresentou ao QREN ao longo dos últimos anos. O Senhor Presidente citou alguns projectos, que todos foram orientados pelo Senhor para quem propõem a Chave de Ouro do Município. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se alguém queria intervir e de seguida colocou o ponto à votação porque não houve intervenções. ----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida passou ao ponto **2.8 *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (bem como do seu substituto) em Representação de Todas as Juntas de Freguesia do Concelho para Participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses***-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse que só tinha uma proposta, se os outros Grupos queriam apresentar mais alguma, ao que responderam que não. O Senhor Presidente passou a ler a proposta e classificou-a de letra A: Proposta para eleição do Presidente de Junta para o Congresso da ANMP. -----

-----1º Presidente da Junta de Freguesia de Valverde – José Francisco Bento Sanches Branco. -----

-----2º Presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta – Luis Pedro Martins Lopes. -----

-----Disse que um será efectivo, outro será suplente, e de acordo com o regimento, como faz referência a nomes, vai ter que ser por voto secreto. --

-----De seguida procedeu-se à chamada para proceder à votação. -----

-----O resultado da votação é o seguinte: três (3) votos contra, brancos dez (10), a favor trinta e três (33), nulos dois (2). -----

-----O Senhor Ilídio Martins apresentou a seguinte declaração de voto: «Ilídio Martins vogal da Assembleia Municipal apresenta a sua declaração de voto relativamente à votação da admissão como integrando a ordem do dia desta sessão a designação de um Presidente de Junta como efectivo e, de outro, como substituto para representarem as Juntas de Freguesia do Concelho no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios. -----

-----Abstive-me (repetindo a minha posição em idêntica situação anterior) porque entendo que tal eleição não deve competir aos membros desta Assembleia eleitos pelo colégio eleitoral. -----

-----Mogadouro 13 de Abril de 2011». -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto **2.9 Outros Assuntos** -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse, se me permite Senhor Presidente, queria deixar aqui os votos do meu camarada Miguel Rito, pelo bom êxito desta reunião, dado que ele por motivos profissionais não pode estar presente. Também saudar a Senhora Secretária eventual da Mesa pelo seu trabalho exaustivo de membro da Mesa e defensora da actuação do Município, muito bem, parabéns. Só duas questões que têm a ver com aquilo que se passou nesta reunião, permita-me Senhor Presidente, que eu às vezes repiso um bocadinho, tratou-se na minha opinião de uma ilegalidade o que aqui se passou, porque a inclusão na ordem de trabalhos desta Assembleia de novos pontos tem um controle muito apertado, isto é, o que eu penso, não fui legislador, nem sou, mas penso que o espírito da Lei foi..., não permitir que fossem introduzidas levianamente novas questões nas ordens de trabalhos, mas sim permitir que fossem tratadas as que são tratadas com dignidade, a Lei é bem clara quando diz que exige uma maioria qualificada de dois terços dos membros da Assembleia, não discutindo se são membros presentes, ou ausentes, como o Senhor Deputado Neto muito bem sabe, onde a Lei não distingue nós também não podemos distinguir, e tanto assim é que há outros pontos no nosso regimento que falam, isso sim de maiorias legais, significando metade do número de presentes, mais um, 50%, mais um, aqui como não distingue

devemos tomar como Lei geral, e como é também omisso, espero que a petição do Senhor Deputado Neto seja em breve concretizada, como o nosso regimento é omisso temos que nos socorrer da Lei 5-A, que é ele que informa todos os nossos trabalhos. Já agora, se o Senhor Deputado Neto me permite, sugeria-lhe que lê-se essa Lei, o nº 3 do artigo 90, sobre as considerações que fez sobre voto secreto na sua intervenção da manhã. -----
-----Esta ordem de trabalhos sofreu várias vicissitudes, eu por exemplo não consigo entender, lendo o curriculum do Senhor que se pretende homenagear, lendo o curriculum dele não vejo o que é que uma medalha de mérito Municipal, ou uma medalha de ouro lhe vai acrescentar, o Senhor gostará de ser agraciado, mas não lhe acrescenta nada ao curriculum, e daí não vejo nenhuma urgência nessa proposta, quer dizer não percebo porque é que o Município à pressão introduziu mais este tema; eu não entendo também, e se o Senhor Presidente da Assembleia quiser responder-me, agradecia que me respondesse, se o puder fazer directamente, se não eu aguardarei pela sua resposta, este acrescento, estes novos temas na ordem de trabalhos foi feito a pedido de quem? (*ouviram-se vozes*) Da Câmara Municipal, muito bem, se o Senhor Presidente quiser cumprir o regimento vê lá que a Câmara Municipal não tem poderes para tal, quando o Senhor Presidente quiser, se quiser que eu lhe responda com o artigo em causa, em posso fazê-lo quando o Senhor entender, portanto até por isso há aqui uma ilegalidade, há duas ilegalidades uma sobreposta à outra, uma consequente da outra, em primeiro lugar a Câmara não pode propor inclusão de novos pontos na ordem de trabalhos, só podem os Grupos Parlamentares, ou os Grupos independentes, se os houver, em segundo lugar a votação foi feita com total desrespeito da Lei que exige uma maioria qualificada de dois terços, e não especificando se é dois terços dos presentes, se é da totalidade do órgão, entende-se, e é entendimento geral, que é da totalidade dos membros, e não dos membros presentes, isto porque quando se trata de só querer maiorias simples especifica correctamente que é dos presentes, não especificando significa que é da globalidade do órgão que é assim que é formado; era isto que eu gostava que o Senhor Presidente toma-se em conta e portanto para não estragar a posição, minha, nem do Grupo Parlamentar em que eu me integro, e para não estranhar qualquer outra diligência que poderá vir a ser feita, se assim for entendimento do Grupo Parlamentar a que eu pertença. Pouco mais tenho a dizer sobre isto, mas é lamentável que a Mesa ou o Senhor Presidente insistam em desrespeitar a Lei que regula as actividades autárquicas. Só uma pequena sugestão, o Senhor Presidente da Câmara evocou aqui que não tinha possibilidade de fornecer qualquer outro elemento para apoio dos trabalhos autárquicos, eu sugeria-lhe que não admitisse ninguém, se o Senhor Presidente entende que não deve admitir ninguém, que não admita, mas que roube dos pequenos trabalhos que possa ter alguém, que possa ver com alguma competência para ajudar a Dona

Isabel nos trabalhos da redacção e funcionamento do órgão autárquico, que deve merecer toda a consideração, enquanto a Lei não for alterada, que é esta Assembleia Municipal. -----

-----Por fim ouviram-se aqui coisas muito desagradáveis, ouviu-se um Senhor Deputado dizer a outro que responderia de outra forma, não sei o que isso quer dizer, posso imaginá-lo, mas não sei o que isso quer dizer, mas pior do que isso ouvi o Senhor Vice-presidente da Câmara que estava a usar da palavra por delegação do Senhor Presidente da Câmara e que a uma questão posta pelo Senhor Deputado Lima, se reservou o direito de não responder, eu gostava de saber em que é que se baseia, ou em que preceito legal se baseia o Senhor Vice -presidente para dizer que não responde; está em segredo de justiça? Calo-me. Ainda não decorreu o tempo depois de qualquer inquérito judicial? Calo-me. Se outra for a razão eu penso que com o direito à informação que esta Assembleia tem, e que o dever de informação que esse Executivo tem. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse, o assunto foi já aqui abordado, de facto eu hoje vinha para me portar bem, ou seja como uma boa menina, e portar-me bem seria entrar muda e sair calada, mas a pergunta do Deputado Lima também me suscitou a que fizesse esta informação, dado o silêncio a que se remeteu o Senhor Vice-presidente a respeito da reunião de 18 de Março, e não podemos deixar de manifestar aqui o nosso desencantamento, e digo nosso porque eu só falo na primeira pessoa quando se trata de assuntos de assumir a responsabilidade, ou não de assuntos praticados por mim, ou não. Essa reunião Senhor Vice-presidente trouxe custos, trouxe deslocação, alimentação, e trouxe custos ao Município, e de facto para ir daqui à DREN algum assunto foi tratado, todos nós, os Municípes temos o direito de saber o que aí se passou, eu já uma vez disse aqui que pena é que o nosso santo povo que os elegeram não ter acesso a estas cenas que às vezes por aqui se passam, porque realmente daria por muito mal empregue o seu valioso voto que afinal não é grande coisa. Temos todo o direito que seja comunicado o teor dessa reunião, mas eu percebo, é que a fruta dada às crianças não tem um relevo tão grande, nem um impacto como os álbuns fotográficos que vão a ter a casa das pessoas. Quanto aos dinheiros que o estado não dá, também não sei, o país está tão mal, o Município está tão bem, eu aqui nunca ouvi dizer que o Governo comparticipa nisto, ou naquilo, é só o Município, o Município, portanto não se podem queixar assim muito. Agora perdoe-me que lhe diga, com alguns mais atributos que lhe reconheço, há dois aspectos em que eu gostaria de o classificar de excelente é na prosódia e na (?), aí é excelente”.

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse, é só para dar uma informação, se me é permitido, não na qualidade de Deputado Municipal, mas uma informação que queria prestar a algumas Juntas de Freguesia, se me é possível fazer isso. (*ouviram-se vozes*) Como sabem existe uma parte

do nosso Concelho que está abrangida por umas medidas de apoio do Ministério da Agricultura, que se chamam intervenções territoriais integradas, a zona do Douro já estava abrangida e agora esta área foi alargada ao vale do sabor e ao vale de maçãs, incluindo o de Angueira embora não seja referido na portaria, nós estamos neste momento a fazer a divulgação, ainda vou agora daqui um bocadinho para Vimioso para a fazer, deixámos Mogadouro propositadamente para o fim e fazemos só uma sessão de divulgação porque as entidades receptoras do nosso Concelho estão muito familiarizadas com este assunto, e portanto os Agricultores serão tão bem, ou melhor esclarecidos do que se forem ao Ministério da Agricultura, iremos fazer uma sessão de divulgação, as Freguesias que eu vou referir a seguir vão receber uma carta para divulgar por os Agricultores, mas queria pedir desde já aos Presidentes de Junta que ..., porque isto é uma ajuda que não é muito grande, mas que não se pode acumular com as outras, vale a pena candidatarem-se, os compromissos que têm não são muito grandes, e por isso vale a pena que os Agricultores se candidatem, as Freguesias de Saldanha, São Martinho, Peso, Azinhoso, Soutelo, Remondes, Brunhoso, Paradela, Valverde, Meirinhos, Castelo Branco dantes tinha o Sabor, agora também tem uma parte das Arribas do Douro, a sessão de esclarecimento estaria marcada para o dia 2 de Maio, num dia de feira, iremos talvez pedir à Câmara a Casa da cultura para fazer essa sessão. Peço desculpa, só um momento, Castro Vicente como fica longe de Mogadouro vai ser a divulgação em Parada, ou naquelas aldeias de Alfândega da Fé”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse, esgotados os assuntos e antes de perguntar se há público, relativamente ao desafio que me foi colocado pelo Senhor Deputado Ilídio Martins, com base na interpretação que nós fazemos da Lei, nós nem somos, nem Juristas, nem Legisladores, fazemos a nossa interpretação da Lei, e a Lei para nós foi clara, fizemos a interpretação que fizemos e cumprimos os preceitos da Lei, obviamente que em caso de dúvidas há recursos, os Deputados do PS não conformes com a nossa decisão agirão em conformidade, se for declarado acto nulo, ou improcedente, cá estaremos novamente para o colocar em cima da Mesa, na nossa perspectiva não, porque nós aceitámos, porque é uma competência da Mesa aceitar as propostas para constar na ordem do dia, da Câmara Municipal, assim o fizemos, porque tínhamos que decorrer à maioria de dois terços, no nosso entendimento recorreremos, portanto estamos aqui de cabeça erguida para adivinhar o futuro relativamente a esta questão, é esta a minha resposta”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público

presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Antes queria dizer que por força do 25 de Abril ser no dia seguinte à Páscoa, a Mesa em consonância com os Líderes Parlamentares decidiram este ano não comemorar o tradicional 25 de Abril, é uma festa de família, muita gente não está e portanto porque se trata de uma comemoração mais ou menos efusiva não fazia sentido nenhum as pessoas cá não estarem, daí este ano não haver comemorações. Da minha parte uma boa Páscoa, que tudo corra bem. -----

-----Às dezasseis horas e dez minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

(Maria Isabel S. M. Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta acta é constituída por 15.107 palavras, distribuídas por 32 páginas e 1372 linhas *